



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 147/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2017

LICITAÇÃO EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE CONFORME ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014

A Secretaria de Educação e Cultura, através da Pregoeira e equipe de apoio, designados pela Portaria nº 002/2017 DE 02/01/2017, da Prefeitura do Município de Medianeira, torna público que as **09h30min do dia 28 de setembro de 2017**, será realizada Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo **MENOR PREÇO – POR ITEM**, visando prestação de serviços de instrutores para as oficinas de canto/coral, orquestra, dança clássica/contemporânea e folclórica, balet/jazz, pintura em tela e tecido, artes cênicas, capoeira, patchwork, gaita, violão, bateria.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Esta Licitação na modalidade Pregão Presencial reger-se-á pelo disposto as Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93, Lei Orgânica do Município de Medianeira, Decreto Municipal nº 014/2008 de 31/01/2008, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014 pelas disposições contidas neste Edital e seus anexos e demais legislações pertinentes.

O Pregão Presencial será realizado em sessão pública, e os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município de Medianeira, denominado Pregoeiro.

CAPÍTULO I - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES

1.1 DO OBJETO - A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instrutores para as oficinas culturais da Diretoria de Cultura, conforme Termo de referência no anexo I e conforme segue abaixo:

Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
01	480	horas	Ministrar, monitorar, coordenar e reger (maestria) aulas teóricas e práticas de instrumentos musicais para orquestra	60,00	28.800,00
02	480	horas	Ministrar, monitorar, coordenar e reger (maestria) aulas teóricas e práticas de canto e coral italiano	60,00	28.800,00
03	480	horas	Ministrar, monitorar, coordenar e reger (maestria) aulas teóricas e práticas de canto e coral infantil, juvenil e adulto incluindo alemão	60,00	28.800,00
04	360	horas	Ministrar, monitorar e coordenar aulas teóricas e práticas de dança folclórica.	28,00	10.080,00
05	840		Ministrar, monitorar e coordenar aulas teóricas e práticas de Ballet baby para crianças de 04 a 07 anos.	28,00	23.520,00



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

06	840	horas	Ministrar, monitorar e coordenar aulas teóricas e práticas de Ballet/ Jazz para crianças a partir de 08 anos.	28,00	23.520,00
07	960	horas	Ministrar, administrar e coordenar aulas teóricas e práticas de pintura em tela e tecido.	28,00	26.880,00
08	960	horas	Ministrar, administrar e coordenar aulas teóricas e práticas de artes cênicas.	28,00	26.880,00
09	700	horas	Ministrar, administrar e coordenar aulas teóricas e práticas de capoeira.	28,00	19.600,00
10	1.080	horas	Ministrar, administrar e coordenar aulas teóricas e práticas de patchwork.	28,00	30.240,00
11	840	horas	Ministrar, administrar e coordenar aulas teóricas e práticas de gaita.	28,00	23.520,00
12	960	horas	Ministrar, administrar e coordenar aulas teóricas e práticas de violão.	28,00	26.880,00
13	960	horas	Ministrar, administrar e coordenar aulas teóricas e práticas de violão.	28,00	26.880,00
14	840	horas	Ministrar, administrar e coordenar aulas teóricas e práticas de bateria.	28,00	23.520,00
		horas	Total Geral		347.920,00

CAPÍTULO II - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

2.2 As empresas interessadas poderão participar do procedimento licitatório por intermédio de sua matriz ou filial.

2.3 Está impedido de participar deste Pregão as empresas que:

I. esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Medianeira, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do disposto no artigo 87 da Lei nº 8.666/1993;

II. esteja cumprindo penalidade de impedimento de licitar e contratar nos termos do disposto no artigo 7º, da Lei nº 10.520/2002;

III. esteja proibida de licitar e contratar com a Administração Pública, com fundamento em outros dispositivos legais não mencionados nos incisos I e II deste subitem; e possua em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste Pregão;

IV. Empresas consorciadas ou agrupadas.

V. É vedada a participação de empresa(s) em que figure como dirigentes, gerentes ou sócios, servidor(a) ou parente(s) até o 3º (terceiro) grau, de servidor(es) público(s) Municipal do Município de Medianeira.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

2.4 A participação neste certame importa ao proponente a irrestrita e irrevogável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto em perfeitas condições.

CAPÍTULO III - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos do certame;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor oferta;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

CAPÍTULO IV - DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

4 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES “1” E “2”, DA CARTA DE CREDENCIAMENTO (art. 40, VI da 8.666) E DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (art. 4º, VII da 10.520).

4.1 No dia, hora e local estabelecido no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro e equipe de apoio, em ato público, receberá das pessoas interessadas, a documentação e as propostas que deverão ser apresentadas em 02 (dois) envelopes distintos, devidamente fechados por cola ou lacre, e protocolados no protocolo geral desta Prefeitura até o horário de **09h15min do dia 28/09/2017**, nos quais deverão constar na sua parte frontal, além da razão social da licitante e seu endereço completo, os dizeres:

**PREFEITURA DE MEDIANEIRA/PR
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2017
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA: 28/09/2017 às 09h30min**

**PREFEITURA DE MEDIANEIRA/PR
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 93/2017
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA: 28/09/2017 às 09h30min**



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

4.2 Só poderão deliberar em nome do licitante, formulando ofertas/lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame, um dos seus dirigentes contratuais ou estatutários, legalmente identificado, ou pessoa física, credenciado por meio de Carta de Credenciamento ou documento equivalente, modelo do Anexo IV, outorgando poderes para formular propostas, fazer lances verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

4.3 A Carta de Credenciamento referida no item 4.2 deverá ser entregue ao Pregoeiro, no momento da abertura da sessão pública.

4.4 O proponente ou seu representante deverá apresentar ao Pregoeiro, no momento da abertura da sessão, Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos da habilitação, conforme modelo constante no Anexo II.

4.5 A não apresentação da Declaração exigida no item **4.2 e 4.4** resultará na desclassificação da proponente.

4.6 No momento do credenciamento o licitante (se for o caso) deverá apresentar Declaração de enquadramento no Regime de Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou Micro Empreendedor Individual.

4.6.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte terão tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006.

4.6.2 Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar juntamente com o credenciamento a seguinte documentação:

a) certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007;

b) declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se encontra em nenhuma das situações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

4.7 Todos os documentos deverão vir rubricados pelo representante legal da empresa proponente, e as propostas devidamente assinadas pelo mesmo contendo o nome legível, número do RG e CPF.

4.8 No envelope de documentação deverá constar uma folha-índice dos documentos apresentados, assinada pelo responsável da proponente.

4.9 Após o Pregoeiro declarar iniciado os trabalhos, não será aceito entrega de envelopes para participação do certame em qualquer hipótese.

4.10 A não apresentação, incorreção do documento de credenciamento ou ausência de credenciamento no horário previsto, importará na perda do direito de fazer lances verbais, concorrendo apenas com a proposta escrita.

CAPÍTULO V - DA PROPOSTA DE PREÇOS

5 - A proposta – Envelope 1 - será apresentada, preferencialmente, em papel timbrado do licitante, datilografada e/ou digitada em 01 via, redigida em português, em linguagem clara, sem rasuras, entrelinhas, emendas ou borrões devidamente assinada na última página e rubricadas nas demais por quem de direito, considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5.1 Cada proponente deverá apresentar somente uma carta-proposta de preços para cada Item (se for o caso).



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

5.2 Na proposta oferecida deverão estar incluídas despesas com administração, pessoal, obrigações patrimoniais, leis trabalhistas, equipamentos, todos os tributos, despesas e demais encargos decorrentes dos serviços que a empresa irá realizar.

5.3 Não serão consideradas propostas apresentadas por telex, "fac-símile", e-mail e telegrama em nenhuma situação, valendo, no entanto, propostas enviadas pelo correio em invólucros fechados, endereçados ao protocolo da Prefeitura de Medianeira, contendo as especificações do certame.

5.4 Os preços deverão ser cotados em reais, não se admitindo cotação em moeda estrangeira.

5.5 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas fora do prazo estabelecido no item 4.1.

5.6 É facultada ao Pregoeiro a instauração de diligência destinada a esclarecer ou a confirmar a veracidade das informações, prestadas pelo Licitante, constantes de sua Proposta e de eventuais documentos a ela anexados.

5.7 No julgamento das Propostas, o próprio Pregoeiro poderá, justificadamente, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das Propostas, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

5.8 Não será aceita Proposta:

5.8.1 Que não atender às exigências do edital e de seus anexos;

5.8.2 Cujo valor unitário e total for superior ao limite estabelecido neste edital;

5.8.3 Cujo valor unitário e total for inexequível nos termos deste edital;

5.9 Havendo indícios de inexequibilidade dos valores unitários e totais ofertados será instaurada diligência para que o Licitante ofertante da melhor Proposta possa, no prazo que será fixado pelo Pregoeiro:

5.10 Comprovar sua exequibilidade, ou

5.10.1 Ajustar os valores ofertados.

5.10.2 Optando por comprovar a exequibilidade de sua Proposta, o Licitante deverá apresentar justificativa, documentos que comprovem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados com os custos e despesas necessárias à integral execução do objeto.

5.11 valor do objeto licitado deverá ser apresentado em algarismos e por extenso e ocorrendo discrepância entre os valores em algarismos e por extenso serão considerados estes últimos, pelo qual a empresa licitante se propõe a executar os serviços.

5.12 O prazo de validade da proposta não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

5.13 Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela pregoeira e equipe de apoio;

5.14 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital.

5.15 A inobservância das determinações acima implicará na desclassificação do proponente.

5.16 Qualquer proposta em desacordo com as exigências deste Pregão será desclassificada.

CAPÍTULO VI - DO PROCEDIMENTO DO CERTAME



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

6 - No dia, hora e local designado, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e habilitação, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de proposta e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

6.1 Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e dos preços oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no presente edital.

6.2 No curso da sessão, serão proclamados classificados pelo Pregoeiro o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, que poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação da proposta de menor preço oferecido.

6.3 Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 6.2 poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos dentro do limite estabelecido.

6.4 Para julgamento e classificação das propostas, serão adotados o critério de menor preço – por Item observando-se as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

6.5 Aos proponentes proclamados classificados serão dadas oportunidades para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

6.7 O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de menor preço e, as demais, em ordem crescente de valor.

6.8 A desistência em apresentar lances verbais, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará no declínio da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo mesmo, para efeito de classificação final das propostas para a disputa.

6.9 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no capítulo XII - Das sanções Administrativas.

6.10 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, definidas no objeto deste Edital e seus anexos, exclusivamente pelo critério de menor preço, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

6.11 Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para verificar o atendimento às exigências para habilitação previstas neste Pregão, salienta-se ainda, que as etapas propostas e habilitação são classificatórias.

6.12 Constatado o atendimento pleno às exigências edilícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital pelo Pregoeiro.

6.13 Os licitantes deverão concorrer para o objeto se efetivamente puderem contratar, sendo que uma vez julgados vencedores deverão contratar na sua integralidade o lote, sob pena de perda do direito à contratação.

6.14 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto para o qual apresentou a sua proposta, ficando resguardada a possibilidade de negociação direta do Pregoeiro com o licitante vencedor, objetivando auferir menor preço, a interesse da Administração.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA ESTADO DO PARANÁ

6.15 Da Sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos proponentes presentes.

6.16 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

CAPÍTULO VII- CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, e que apresente valor superior ao máximo estabelecido.

7.1 O julgamento das propostas será realizado pelo Pregoeiro e equipe de apoio observando o critério de “**Menor Preço – Por Item**”.

7.2 Somente será classificada a proposta de preço que atenda todas as características exigidas neste edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

7.3 No caso de haver divergência entre o valor grafado em algarismos e o grafado por extenso, prevalecerá o grafado por extenso.

7.4 O pregoeiro e equipe de apoio poderá em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedado a inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

7.5 O pregoeiro e equipe de apoio poderá estabelecer prazo para definir a classificação final das propostas, suspendendo em consequência a reunião.

7.6 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre o menor valor e aquele estimado para a contratação.

7.7 Se o proponente vencedor recusar-se, injustificadamente, a manter o preço ofertado, a sessão será retomada e os demais proponentes convocados, na ordem de classificação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades seguintes, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis.

7.8 Multa no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor que seria objeto da contratação.

CAPÍTULO VIII - DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO, PRAZO DE EXECUÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

8.1 - O valor total máximo estimado para esta licitação é de **R\$ 347.920,00 (trezentos e quarenta e sete mil novecentos e vinte reais)**.

8.1.1 O prazo de execução será conforme cronograma provisório conforme consta no Anexo I – Termo de Referência, pelo prazo de 12 (doze) meses.

8.1.2 O pagamento será mensal, após a apresentação da Nota Fiscal devidamente assinada pelo responsável da Secretaria de Educação e Cultura.

CAPÍTULO IX - DA HABILITAÇÃO

9 - Os documentos necessários à habilitação da proponente poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração Pública ou publicação em órgão de imprensa oficial.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério da Comissão solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, ficam condicionadas à verificação de sua validade e dispensam a autenticação. Os documentos e certidões deverão se referir à pessoa jurídica da licitante, não sendo permitido apresentar documentos ora da sede ora da filial.

9.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- I - Registro comercial, no caso de empresa individual;
- II - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- III - Declaração de que não possui, em seu quadro funcional, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Lei Federal nº 9.854 de 27/10/99) - Modelo anexo V
- IV - Declaração de Nepotismo - Modelo anexo VI
- V – Declaração de Idoneidade - Modelo anexo III

9.2 REGULARIDADE FISCAL:

- I - Prova de regularidade com as Fazendas:
 - a) Federal e INSS, mediante a apresentação de certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional na sede da empresa.
 - b) Estadual, mediante certidão de regularidade fiscal, emitida pela respectiva secretaria do estado da sede da empresa.
 - c) Municipal, mediante a apresentação de certidão negativa emitida pela respectiva secretaria do município da sede da empresa.
 - d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
 - e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

9.2.1 Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

9.2.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.

9.3 RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.3.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através de no mínimo um atestado de capacidade técnica, emitida por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, comprovando a atuação na área de ação da oficina pretendida.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

9.3.2 Exclusivo para Regência de corais (maestria):

- a) Certificado de Regência de Corais,
- b) Atestado que comprove experiência como arranjador de partituras e quatro vozes (ex: partitura de sua autoria),
- c) Atestado fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado que comprove experiência com coral,
- d) Comprovação ou declaração que possui conhecimento na língua de italiano/alemão podendo ser autodidata.

9.4 RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.4.1 - Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial nos termos da lei Federal nº 11.101/05, expedida pelo distribuidor do local da sede do proponente há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para o recebimento dos envelopes de nº 01 e 02.

9.4.1.1 - A empresa que esteja sob o regime de recuperação judicial deverá comprovar com certidão emitida pelo juízo do processo de que está cumprindo com as exigências determinadas.

9.5 Os documentos referidos neste Capítulo poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia, perfeitamente legível, autenticada em cartório ou pela Administração Municipal através de algum funcionário público.

9.6 A Administração deste Município não autenticará documentos no dia e ato da licitação.

9.7 A Comissão de Licitação poderá solicitar a exibição do documento original, caso haja dúvida quanto à cópia.

9.8 A incompleta, errônea ou fraudulenta apresentação dos documentos especificados acima, desqualificará o interessado, que não participará das fases subsequentes desta licitação.

9.9 No caso de empresas que tenham filiais, todos os documentos habilitatórios e as propostas devem referir-se a um só local de competência.

9.10 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser rubricados por seu representante legal.

9.11 Não serão aceitos protocolos em substituição a documentos.

9.12 No caso de apresentação de documentos e/ou certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da emissão dos mesmos.

CAPÍTULO X – AQUISIÇÃO DO EDITAL

10 O inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos e anexos estará disponível no site www.medianeira.pr.gov.br. No link avisos de licitação.

CAPÍTULO XI - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E RECURSOS ADMINISTRATIVOS.

11 - Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão;



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

- 11.1** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas;
- 11.2** Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame caso haja modificações que impliquem na formulação das propostas.
- 11.3** Não serão conhecidas às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;
- 11.4** As solicitações/pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório, poderão ser formulados através de documento protocolado no setor de protocolo da Prefeitura do Município, em até três dias úteis, anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 11.5** Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, através do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de três dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente;
- 11.6** A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso;
- 11.7** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente;
- 11.8** Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo;
- 11.9** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10** Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:
- 11.10.1** Serem datilografados e devidamente fundamentados.
- 11.10.2** Serem assinados por representante legal do licitante.
- 11.10.3** Serem protocolados no protocolo geral desta Prefeitura.
- 11.10.4** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

CAPÍTULO XII - MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1** - A Vencedora sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, mediante notificação e garantida prévia defesa, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal;
- 12.1.1** 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor dos créditos não efetuados em virtude de problemas de sistemas que forem objeto de pagamento fora do prazo, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento).
- 12.1.2** Até 10%(dez) sobre o valor do contrato, nas demais hipóteses de inadimplemento contratual ou legal, observada a gravidade da infração.
- 12.2** A proponente que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal de Medianeira pelo infrator;

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

12.3 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CAPÍTULO XIII - PRAZOS E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

13 - O Município convocará oficialmente a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 8.666/93 e Lei 10.520/02.

13.1 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município.

13.2 É facultado ao Pregoeiro, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo, examinada, quanto ao objeto e valor ofertado, a aceitabilidade da proposta classificada, podendo, inclusive, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, ou revogar este Pregão, independentemente das cominações previstas nas Leis 8.666/93 e Lei 10.520/02.

13.3 A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Termo de Contrato, dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

CAPÍTULO XIV - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1 - DA CONTRATADA: a) Assegurar a execução do objeto deste contrato, nas condições estabelecidas neste instrumento; não ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, da CONTRATANTE;

b) ser responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

c) Executar os serviços de acordo com o edital e Termo de Referência.

14.2 - DA CONTRATANTE:

a) A CONTRATANTE obriga-se a facilitar à CONTRATADA o acesso ao local da execução dos serviços, bem como a prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

- b) O Município de Medianeira poderá, a qualquer tempo, independente de aviso ou notificação, proceder à fiscalização independente, auditando procedimentos, qualidade dos serviços, visando também à verificação das aulas efetivamente ministradas;
- c) Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos neste Edital.
- d) Proporcionar ao CONTRATADO, todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/93;

CAPÍTULO XV - DA ADJUDICAÇÃO

15 - A adjudicação do objeto do presente Edital será feita ao licitante considerado vencedor, nos termos do relatório final elaborado pelo pregoeiro e equipe de apoio, após a necessária homologação por parte da autoridade competente.

CAPÍTULO XVI - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16 - Os recursos para atender as despesas, integrará a dotação orçamentária nas rubricas: 08.08.13.392.0024.2.150.000.3.3.90.39.00 - 1988

CAPÍTULO XVII - DO CONTRATO, REAJUSTE, REACTUAÇÃO E VALIDADE

17 - O contrato, que obedecerá ao disposto na Lei 8.666, de 21.06.93 e no presente Edital, deverá ser assinado pela adjudicatária e pela autoridade competente da licitante, até 5 (cinco) dias após a homologação sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da referida Lei.

17.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por aditivos e por sucessivos períodos em até 60 (sessenta) meses, caso haja interesse por parte da administração Municipal, nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

17.2 O Município independentemente de notificação judicial, poderá rescindir o contrato na forma do art. 78 e 79 da Lei 8.666/93, ainda aplicar as seguintes sanções;

- Suspensão do direito de licitar e contratar junto ao Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na ocorrência em pleno direito do contrato, pela falência da contratada ou da rescisão administrativa do contrato por culpa da mesma.

- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar junto ao Município na ocorrência de rescisão de pleno direito do contrato pela falência da empresa contratada ou da rescisão administrativa do contato por culpa da mesma, quando a natureza e as características da infração se revistam a juízo da Prefeitura do caráter de especial gravidade, ou ainda, nos casos em que os fatos e penalidades anteriores ou da reincidência a indiquem para o resguardo do Serviço Público.

17.3 Nos primeiros 12 (doze) meses de contrato, o preço, será fixo e não haverá reajuste, sendo que, decorrido este prazo e havendo necessidade de prorrogação, o preço poderá ser reajustado e justificado mediante documento pertinente e negociação com a administração municipal.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

17.4 O valor do presente contrato poderá ser recomposto quando ocorrer variação do piso salarial dos funcionários da CONTRATADA, decorrente de ato do governo, dissídio coletivo, acordo ou convenção coletiva de trabalho, e na hipótese de alteração da legislação trabalhista, afetados direta ou indiretamente pela ocorrência do fato ou ato novo.

CAPÍTULO XVIII - DAS PUBLICAÇÕES

18 - Sem prejuízo das publicações necessárias, qualquer alteração, modificação ou informação referente ao edital em questão, estará disponível no site www.medianeira.pr.gov.br no link avisos de licitações e diário oficial do Município (se for o caso) cabendo aos interessados inteira responsabilidade de acompanhar as informações prestadas pelo Município, não cabendo aos mesmos, alegar desconhecimento sobre quaisquer informações prestadas com referência ao edital em questão.

CAPÍTULO XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 A Administração reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, sem que por este fato tenha que responder por qualquer indenização ou compensação, nos casos previstos em Lei, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, sem que isso caiba aos licitantes o direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

19.2 Não será levada em consideração qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

19.3 Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidas com base na Lei 8.666, de 21.06.93 e alterações posteriores.

19.4 É facultada à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.5 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de Medianeira não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.7 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

19.8 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.

19.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de Medianeira.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

19.10 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.11 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo pregoeiro e equipe de apoio, com base na legislação pertinente.

19.12 A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

19.13 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Medianeira -PR.

19.14 A documentação apresentada para fins de habilitação da empresa vencedora, fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

19.15 Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

ANEXO IV - CARTA DE CREDENCIAMENTO

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE EMPREGADO MENOR

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO

Medianeira-PR, 12 de setembro de 2017.

Zoraia Salete Ratti
Equipe de apoio

Dinamar Sirlei Araujo Mazzucco
Equipe de apoio

Alencar Luis Colussi
Equipe de apoio

Vania Raquel Furmann Moreira
Pregoeira



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui o objeto do presente Termo de Referência para realização de cursos e oficinas nas áreas:

- a) Música: vocal e instrumental;
- b) Dança: clássica, folclórica e contemporânea;
- c) Artesanato: pintura em tela, pintura em tecido, patchwork, entre outras técnicas;
- d) Expressão Corporal e Cultural: teatro e capoeira;

1.2. Os cursos e oficinas serão realizados de acordo com as especificações do Departamento de Cultura, com cronograma provisório previsto (podendo ocorrer alterações) conforme a demanda de alunos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. As ações da Divisão de Cultura promove o desenvolvimento de potencialidades das crianças, jovens e adulto, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

A contratação de pessoa jurídica na prestação de atividades culturais vem de encontro dos compromissos sociais que inclui o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo ser humano não somente em família, como também por fazer parte de uma sociedade da qual é membro.

3. DO PRAZO

3.1 Terá um prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme Art. 57 da Lei 8.666/93.

4. DA REMUNERAÇÃO

4.1. As contratadas receberão pelos serviços prestados o pagamento por hora de serviço efetivamente prestada durante o mês sendo que o pagamento será mensal.

5. CURSOS/OFICINAS/OBJETIVOS ESPECÍFICOS

5.1. A realização dos cursos e oficinas será de acordo com a necessidade e cronograma de atividades, autorizada pela coordenação da Cultura, nos horários e locais previstos no cronograma;

5.2. Os cursos e oficinas terão uma estruturação em horas aula, e acontecerão no mínimo de uma vez por semana;

5.3. Os dias e os horários das atividades serão conforme cronograma previamente definidos, podendo sofrer alterações no momento da contratação ou no decorrer das atividades, portanto, a empresa deve estar ciente da necessidade de disponibilidade de horário para atender as necessidades do Serviço, podendo ser em alguns casos a



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

necessidade do profissional se fazer presente em algumas apresentações nos finais de semana e/ou feriados;

5.4. As oficinas serão realizadas nas dependências do CPC Arandurá e também nas escolas da rede Municipal de ensino do Município (descentralização de oficinas), conforme a necessidade dos grupos atendidos;

5.5. A empresa prestadora dos serviços irá manter contato com a equipe de trabalho do CPC Arandurá no desenvolvimento dos trabalhos de modo que todos se auxiliem;

5.6. A empresa deverá expedir relatório da atividade grupal, com suas ocorrências, juntamente com a lista de presença ao término de cada atividade, para apreciação/intervenção da divisão de Cultura.

Área	Curso	Descrição
Música	Canto/Coral	Ministrar, administrar e coordenar aulas teóricas e práticas de acordo com o planejamento. Desenvolver habilidade de se expressar musicalmente através do canto. Exercícios de técnica vocal, dicção exercícios específicos para o desenvolvimento da leitura, interpretação e afinação musical.
	Gaita	Ministrar, administrar e coordenar aulas teóricas e práticas de acordo com o planejamento. Estimular o desenvolvimento de habilidades musicais como conhecimento de notas, acordes, formação de acordes. Exercícios de coordenação motora, percepção musical e ritmo.
	Orquestra	Ministrar, administrar e coordenar aulas teóricas e práticas de acordo com o planejamento, utilizando diversos instrumentos musicais necessários para a formação da orquestra. Estimular o desenvolvimento de habilidades musicais como conhecimento de notas, acordes, formação de acordes. Exercícios de coordenação motora, percepção musical e ritmo.
	Violão	Ministrar, administrar e coordenar aulas teóricas e práticas de acordo com o planejamento. Estimular o desenvolvimento de habilidades musicais como conhecimento de notas, acordes, formação de acordes. Exercícios de coordenação motora, percepção musical e ritmo.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

	Bateria	Ministrar, administrar e coordenar aulas teóricas e práticas de acordo com o planejamento. Estimular o desenvolvimento de habilidades musicais e realizar exercícios de coordenação motora, percepção musical e ritmo.
Dança	Clássica, Contemporânea e Folclórica	Ministrar, monitorar e coordenar aulas práticas de acordo com o planejamento. Desenvolver atividades lúdicas relacionadas ao ensino da dança. Melhorar a flexibilidade, condicionamento físico, autoconfiança, postura e trabalho em equipe.
Artesanato	Pintura em Tela e tecido Patchwork	Ministrar, administrar e coordenar aulas teóricas e práticas de acordo com o planejamento. Proporcionar o conhecimento do desenho e pintura através de suas técnicas, exercitando a percepção visual e estimulando técnicas para o afinamento da memória com o propósito de ampliar o conhecimento, gerando criatividade, autoestima e renda. Aulas teóricas e práticas de forma livre e dinâmica, começando pelo básico (montagem com desenhos básicos do patchwork) e, depois, podendo escolher suas próprias peças, dentre dezenas de opções.
Expressão Cultural e Corporal		Ministrar, monitorar e coordenar aulas práticas de acordo com o planejamento. Desenvolver atividades lúdicas relacionadas ao ensino das artes cênicas e capoeira. Melhorar a autoconfiança, oratória, desenvoltura em público, flexibilidade, condicionamento físico, postura e trabalho em equipe.

6. ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS

- 6.1.** Mediar, ministrar, monitorar e coordenar os grupos das oficinas, sob orientação dos responsáveis pelos serviços;
- 6.2.** Participar de atividades de planejamento, sistematizar e avaliar as oficinas, juntamente com a equipe de trabalho responsável pela execução;
- 6.3.** Atuar com referência aos demais profissionais que desenvolvem atividades com o grupo sob sua responsabilidade;
- 6.4.** Registrar a frequência e as ações desenvolvidas, e encaminhar as informações para os responsáveis.
- 6.5.** Identificar o perfil dos alunos e acompanhar a sua evolução nas atividades desenvolvidas;
- 6.6.** Coordenar o desenvolvimento das atividades sob sua responsabilidade;



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

- 6.7. Realizar planejamento juntamente com a equipe de todas as ações a serem desenvolvidas;
- 6.8. Mediar e facilitar o processo de socialização entre os usuários;
- 6.9. Participar de eventos promovidos pelo Departamento de Cultura nas apresentações em que foi instrutor;

8. REQUISITOS DOS CURSOS/OFCINAS

8.1. Música

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através da formação acadêmica ou atestado de capacidade técnica, emitida por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, comprovando a atuação na área de ação do curso ou da oficina pretendida;
- b) Regência de corais (maestria): Certificado de Regência de Corais, atestado que comprove experiência como arranjador de partituras e quatro vozes (ex: partitura de sua autoria), atestado fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado que comprove experiência com coral, comprovação ou declaração que possui conhecimento na língua de italiano podendo ser autodidata.
- c) Boa comunicação;
- d) Disponibilidade de horário para execução do curso ou oficina.

8.2. Dança

- b) Experiência comprovada com o ensino da dança, em especial, dança folclórica;
- b) Disponibilidade de horário para execução do curso ou oficina.

8.3. Artesanato

- b) Experiência comprovada com o ensino de técnicas de artesanato;
- c) Disponibilidade de horário para execução do curso ou oficina.

8.4. Expressão Corporal

- b) Experiência comprovada com o ensino de técnicas para capoeira e artes cênicas, sendo essa ultima obrigatório possuir DRT (Registro Profissional de Ator);
- c) Disponibilidade de horário para execução do curso ou oficina.

CRONOGRAMA PROVISÓRIO DAS OFICINAS

As Oficinas Culturais serão realizadas no CPC Arandurá, Biblioteca Cidadã e em algumas Escolas do Município e poderá sofrer alterações dependendo da demanda.

Dança Folclórica - Oficinas nas dependências do CPC Arandurá bem como descentralizadas em escolas

Segunda - Feira: 09 às 9h50 / 13h30 às 14h20 / 18h às 18h50

Quarta - Feira: 09 às 9h50 / 13h30 às 14h20 / 18h às 18h50



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA **ESTADO DO PARANÁ**

Ballet/Jazz (acima de 08 anos) – Oficinas nas dependências do CPC Arandurá

Segunda - Feira: 10h às 11h50/ 14h30 às 17h20 / 19h às 21h

Quarta - Feira: 10h às 11h50/ 14h30 às 17h20 / 19h às 21h

Ballet Baby (de 04 à 07 anos) - Oficinas nas dependências do CPC Arandurá

Terça-Feira: 09 às 11h50 / 13h30 às 17h20

Quinta-Feira: 09 às 11h50 / 13h30 às 17h20

Teatro - Artes Cênicas (Oficinas nas dependências do CPC Arandurá bem como descentralizadas em escolas)

Segunda-Feira: 09h às 11h / 14h às 16h / 19h às 21h

Quarta-Feira: 09h às 11h / 14h às 16h / 19h às 21h

Sexta-Feira: 09 às 11h / 14h às 16h

Violão

Segunda-Feira: 09h às 11h50 / 13h30 às 19h

Terça-Feira: 09h às 11h50 / 13h30 às 19h

Quarta-Feira: 09h às 11h50 / 13h30 às 19h

Quinta-Feira: 09h às 11h50 / 13h30 às 19h

Canto/coral Infantil/ juvenil/ Adulto/alemão

Segunda-Feira: 18h às 19h / 20h às 21h

Quarta-Feira: 19h às 21h

Quinta-Feira: 09h às 11h / 14h às 16h

Patchwork

Segunda-Feira: 09h às 11h / 14h às 16h / 19h às 21h

Quarta-Feira: 09h às 11h / 14h às 16h / 19h às 21h

Quinta-Feira: 14h às 15h50 / 16h às 18h / 19h às 21h

Bateria

Terça-Feira: 09h às 11h50 / 13h30 às 17h20

Quinta-Feira: 09h às 11h50 / 13h30 às 17h20

Pintura em Tela/Tecido

Terça-Feira: 09h às 11h / 14h às 16h / 19h às 21h

Quarta-Feira: 09h às 11h / 14h às 16h / 19h às 21h

Quinta-Feira: 09h às 11h / 14h às 16h

Capoeira

Segunda-Feira: 9h às 10h / 14h às 15h

Terça-Feira: 17h às 21h

Quinta-Feira: 17h às 21h



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA ESTADO DO PARANÁ

Coral Italiano

Terça-Feira: 18h00 às 21h

Quinta-Feira: 18h00 às 21h

Orquestra

Terça-Feira: 19h às 21h

Quarta-Feira: 19h às 21h

Sexta-Feira: 9h às 11h / 14h às 16h

Gaita

Terça-Feira: 9h às 11h50 / 14h às 16h50 / 18h às 18h50

Quinta-Feira: 9h às 11h50 / 14h às 16h50 / 18h às 18h50

8.5 DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

08.08.13.392.0024.2.150.000.3.3.90.39.00.00.00 - 1988





MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada
_____ (Endereço Completo) declara, sob
as penas da lei, conforme art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002,
que está ciente e cumpre plenamente os requisitos da habilitação e entrega os
envelopes contendo a indicação do objeto e dos preços oferecidos.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ e deverá ser entregue na hora do credenciamento ao pregoeiro (fora dos envelopes).



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Local, _____ de _____ de 2017.

Referente: Edital de Pregão Presencial nº 93/2017

Prezados Senhores,

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de Pregão Presencial nº 93/2017, instaurado pelo Município de Medianeira, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Nome, assinatura do responsável legal



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Local, _____ de _____ de 2017.

Referente ao edital de Pregão Presencial nº 93/2017

Prezados Senhores,

O abaixo assinado, _____, Carteira de Identidade (*número e órgão emissor*), na qualidade de responsável legal pela proponente _____, vem, pela presente, informar a Vossas Senhorias que o senhor _____, Carteira de Identidade (*número e órgão emissor*) é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de recebimento e abertura da documentação de habilitação e propostas de preços, assinar atas e demais documentos e poderes para renunciar prazos recursais a que se referir à licitação em epígrafe.

Igualmente, declaro-me ciente de que responderei em juízo ou fora dele, se for o caso, por todos os atos que venha a ser praticados pelo representante ora designado.

Atenciosamente

(nome e assinatura do responsável legal)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ e deverá ser entregue na hora do credenciamento para o pregoeiro (fora dos envelopes).



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO V

MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE EMPREGADOS MENORES

Local, _____ de _____ de 2017.

À Comissão de Licitação

Referente ao edital de Pregão Presencial nº 93/2017

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93.

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.
2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VI

MODELO DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO

Eu _____, CPF: _____ e
RG: _____, declaro, para fins cumprimento do disposto na *Súmula Vinculante 13/STF* de 21/08/2008 conforme prejulgado 09 do Pleno TCE/PR corrobora e reafirma a extensão dos efeitos da súmula 13 do STF para o campo das licitações, que:

Não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Possuo o grau de parentesco e/ou vínculo por afinidade ou consanguinidade prescrito pela *Súmula Vinculante 13/STF*, em relação aos seguintes agentes públicos:

1. Nome: _____ Ente: _____

2. Nome: _____ Ente: _____

Nestes termos, assumo total e integral responsabilidade pelas informações acima prestadas, estando ciente das implicações criminais, cíveis e administrativas que dela podem resultar, em especial ao que preceitua o art. 299 do Código Penal Brasileiro, DL 2.848/1940, conforme a seguir se apresenta:

“Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.”

Medianeira, ____/____/____

Responsável legal



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VII

OBS: Somente para conhecimento dos proponentes não necessita preencher

MINUTA DE CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.206.481/0001-58, com sede à Rua Argentina, 1546 – Centro, no Município de Medianeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Senhora **Clair Teresinha Rugeri**, Secretária Municipal de Educação e Cultura portadora do CPF nº 662.824.209-97 e RG nº 3.824.175-3, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 024/2017, designada simplesmente **Contratante**, e de outro lado, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida na cidade de, Estado do, na Rua, nº....., que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº, CPF nº, daqui por diante denominada simplesmente **Contratada**, tem por si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Medianeira, "ex-vi" do disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, de conformidade com o disposto no artigo 61 da Lei 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições, as quais prevalecerão entre as contratantes em tudo quantos se conformarem e não conflitarem com as prescrições legais, regulamentares e administrativas que regem a matéria.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO - O presente contrato tem por objeto prestação de serviços de instrutores para as oficinas culturais da Diretoria de Cultura (canto/coral, orquestra, dança clássica/contemporânea e folclórica, balet/jazz, pintura em tela e tecido, artes cênicas, capoeira, patchwork, gaita, violão, bateria) conforme segue abaixo:

§ 1º – ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES – A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, até a efetiva liquidação da despesa.

§ 2º – Os serviços obedecerão ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que independentemente de transição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:

a) Edital do Pregão nº 93/2017 de 12 de setembro de 2017

b) Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA em e homologado em.....

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO – A execução dos serviços será no prazo de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato e a validade do contrato é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR – O valor a ser pago é no total de R\$(.....), sendo pagos mensalmente.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS - Os recursos para atender as despesas, integrará as dotações orçamentárias nas rubricas:
08.08.13.392.0024.2.150.000.3.3.90.39.00 – 1988

CLÁUSULA QUINTA – Constituem Obrigações de ambas as partes:

§ 1º DA CONTRATADA: a) Assegurar a execução do objeto deste contrato, nas condições estabelecidas neste instrumento; não ceder o presente



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA ESTADO DO PARANÁ

contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, da CONTRATANTE;

b) ser responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

e) Executar os serviços conforme Termo de Referência e contrato.

DA CONTRATANTE: a) A CONTRATANTE obriga-se a facilitar à CONTRATADA o acesso ao local da execução dos serviços, bem como a prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

b) O Município de Medianeira poderá, a qualquer tempo, independente de aviso ou notificação, proceder à fiscalização independente, auditando procedimentos, qualidade de serviços/materiais, visando também à verificação dos produtos efetivamente entregues;

e) Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos neste Edital.

f) Proporcionar ao CONTRATADO(a), todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO E PENALIDADES - O presente Contrato fica vinculado ao Código Civil Brasileiro e a Lei 8.666 de 21.06.1993 e suas alterações.

CLAUSULA OITAVA - PAGAMENTO O pagamento será conforme Cláusula Terceira, efetuado em moeda nacional através de Nota de Empenho, mediante atesto da Nota Fiscal correspondente aos serviços prestados.

§ ÚNICO - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATANTE enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplemento contratual.

CLAUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO – A fiscalização dos serviços será efetuada pela diretoria de Cultura.

§ ÚNICO – RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA - Cabe a CONTRATADA atender a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a CONTRATANTE, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes prepostos.

CLAUSULA DÉCIMA – SANÇÕES – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, erro, imperfeição ou mora na execução, inadimplemento e não veracidade de informações, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta, as sanções previstas no artigo 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Fica ainda sujeita às sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da referida Lei, a critério da Administração, caso se verificar a prática dos ilícitos no artigo 88 do mesmo diploma legal, garantida prévia defesa.

I – Advertência;

II – Multa(s), que deverá(ão) ser recolhida(s) em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF, a ser preenchido de acordo com as instruções fornecidas pela Administração:

a) de 0,1%(um décimo por cento) do valor do contrato ou da parte não entregue por dia de atraso pelo descumprimento dos prazos de entrega dos materiais previstos no Edital, limitado aos primeiros quinze dias;



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

- b) de 2%(dois por cento) do valor do Contrato por infração a qualquer condição estipulada neste Contrato, aplicada em dobro na reincidência;
- c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura de Medianeira, por prazo de até 05 (cinco) anos, de conformidade com o artigo 7º da lei 10.520/02;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base do inciso anterior.

§ 1º – Poderá ainda ser aplicada a multa compensatória de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato ou parte correspondente á parcela que estiver em inadimplemento.

§ 2º – As multas acima previstas, são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, e serão calculadas sobre o valor da Nota de Empenho ou da parcela que estiver em inadimplemento.

§ 3º – o valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à conta da Prefeitura Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração descontar seu valor da Nota Fiscal ou Documento de Cobrança, por ocasião do seu pagamento, ou cobrá-las judicialmente, segundo a Lei nº 6.830/80, com os encargos correspondentes.

§ 4º – RECURSOS – Do ato que aplicar a sanção caberá recurso ao Município de Medianeira, no que couber previsto no artigo 109 da lei nº 8.666/93.

§ 5º – OUTRAS PENALIDADES – Em função da natureza da infração, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as penas de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou propor a autoridade superior, a sanção de declaração de inidoneidade com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VALIDADE E EFICÁCIA – O presente Contrato só terá validade e eficácia depois de aprovado pela autoridade competente e publicado, seu extrato no Diário Oficial do Município, de conformidade com o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

§ ÚNICO – PUBLICAÇÃO – Incumbirá á CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos no Diário Oficial do Município, até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, às expensas da CONTATADA, nos termos do parágrafo único, do artigo 61, da lei 8.666/93, e alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO - Para a solução de pendências oriundas deste instrumento contratual, não resolvidas pela via administrativa, elegem as partes, de comum acordo, o foro da Comarca de Medianeira, Estado do Paraná, com renúncia de outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, de acordo com o artigo 60, da Lei nº 8.666/93, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes, pelas testemunhas abaixo nomeadas, dele extraindo-se as cópias necessárias para sua aprovação e execução. Medianeira,/...../.....

CONTRATADA

CONTRATANTE